

A utilidade do celtismo. Celticidade galaica no S.XXI

Xoán M. Paredes

Publicado em: Barbosa et al. [coord.] (2015): *Atas das Jornadas das Letras Galego-Portuguesas 2012-2014*, DTS e SAGA, p. 175-190.

Quando falamos da história, do seu legado, convém sempre pararmos a pensar por uns instantes para que é que serve isso tudo. O tema do celtismo não é excepção.

Além de debater se sim ou se não, como ou quanto é celta a Gallaecia (Galiza, Norte de Portugal e territórios orientais), devemos reflectir no sentido que isto tem no S. XXI, no caso de estarmos esbanjando energias num tema menor, sem mais interesse que o de uma rareza académica.

Nestas linhas, pensadas sempre como palestra falada, quero tentar responder, de forma muito resumida e esquemática, uma série de questões ou, no melhor dos casos, fornecer alguns elementos de debate.

Repito o aviso, pois, que o que agora estão a ler foi inicialmente concebido como um diálogo, comentários sobre imagens, debate sobre ideias, que é sempre de onde se tiram as melhores conclusões. Desculpem então certa falta de formalidade e ajudem-me a defrontar as seguintes questões:

- É a Galiza uma nação celta?
- O que foi que motivou as diversas atitudes existentes sobre a questão?
- Que valor ou utilidade tem isto tudo no tempo actual?

1) É Galiza celta? Antes de mais nada, foi? Evidências a favor:

1.1) *Filologia*: O consenso é total, no noroeste da Península falou-se uma língua celta, antiga, até uma época que não podemos determinar. Encontramos um território inçado de nomes (teónimos, etnónimos, antropónimos, hidrónimos e topónimos) com equivalências no resto da Céltia em geral e na Europa Atlântica céltica em particular (Untermann 1986, 1992; Omnés 1998; Martins Esteves 2008).

A nossa actual língua galego-portuguesa tem ainda uma clara pegada céltica, embora é preciso desmitificar o grau desta pegada no campo léxico, pois é semelhante noutras línguas latinas. Talvez o mais peculiar são os rasgos que se apresentam na comparação, com fenómenos de pronúncia como a *gheada* galega (com hipótese céltica para a sua origem) e, principalmente, na morfosintaxe, isto é, o cerne dum código idiomático que define uma forma de filtrar a realidade e depois falar sobre ela.

Estes rasgos comuns impregnam mesmo outros idiomas super-impostos: o espanhol falado na Galiza ou o inglês falado na Irlanda continuam a apresentar todas estas características, comuns entre elas, apesar de não serem as línguas nativas dessas terras. Transcende-se assim o uso formal da língua, pois a cultura está codificada a um nível mais profundo.

1.2) *Epigrafia*: Indicadores de língua céltica em achados epigráficos (gramática, inflexão, nomes, etc). Presença de múltiplos marcadores de pertença étnica.

1.3) *Crónicas escritas*:

- Clássicas: A maioria de autores clássicos falam com exageros e nunca estiveram cá. Por isto, os debates sobre crónicas greco-latinas frequentemente acabam em discussões historiográficas normalmente estéreis à volta de quem disse o quê e quem traduziu o qual.

As crónicas até certo ponto são secundárias quando temos outras fontes que podem ser consideradas primárias. Em qualquer caso, as atitudes, formas de vida e alguns outros dados podem ser interessantes na comparativa com descrições doutros territórios célticos. Lamentavelmente, o principal corpus é das Gálias, que não se corresponde exactamente com a nossa variante dentro da Céltia.

Ainda assim, Estrabão (embora com contradições) fala literalmente de Celtas ocupando estas terras. Igualmente faz Plínio, ainda que adapta como gregos nomes célticos de sonoridade similar (*Lethes* – *Letavia* (além) / *Helleni* – *Elanos* (cervo)). Seja dito que estes autores também têm diferentes concepções do que constitui “raça”, “povo” ou “nação”, que devem ser tidas em conta nas suas descrições e classificações. Concordo com Garcia Quintela (em Alberro and Bettina 2008) no seu

chamamento a relativizar estas fontes.

- Literatura e lendas irlandesas: Também devem ser consideradas fontes secundárias, por exageradas e pela tentativa de legitimação bíblica. São interessantes, aliás, as que parecem ter sido recolhidas oralmente ou na cultura popular e não só no famoso “Livro das Invasões da Irlanda”. Poderíamos fazer mesmo estudo aqui? Que origem e antiguidade real têm algumas das nossas histórias, relatos e contos? Esse campo ainda está por estudar em profundidade.

1.4) *Religião*: Estudos comparados revelam idêntica religião, com os mesmos deuses e deusas, mesmos cultos, hábitos, mesmo calendário e até nomes de celebrações estacionais, com uma comum organização social em base a líderes religiosos; chamemos-lhes Druídas e Druidesas, sem medo, já que existe epigrafia que fala de *DUR-BEDEs* e até a sua forma em feminino, que é algo único na Europa.

Todos e todas conhecemos as expressões populares mais comuns: A Santa Companha ou Estadea (*Banshee* irlandesa, *Ankou* bretã), culto aos mortos, supervivência da alma depois da morte, contínuo vida-morte, culto à água, às pedras (pedras de entronização, a comunhão do ser humano com a Terra, pedras que falam no nome da soberania feminina e outorgam o poder), a caça selvagem (cabeças cortadas), representada em objectos decorativos ou cerimoniais de grande valor aqui, na Irlanda e até na Dinamarca (céltica).

Há, no conjunto, elementos duma cosmovisão partilhada na Europa céltica. A influência desta crença era tal que daí sai Martinho de Dume (S. VI) na sua luta – sem muitos frutos – contra o paganismo e o Priscilianismo. Por desgraça, esta influência religiosa é cínica – ou covardemente – chamada com o eufemismo “pré-romana” para evitar o adjectivo celta.

Não estranhe ... que o folclore galego apareça enriquecido com [um] conjunto extraordinário de lendas castrejas [sic], nas que perduram crenças e práticas supersticiosas de carácter religioso (de Sá Bravo 1991).

1.5) *Lei e direito*: Muito similar direito medieval comparado entre a Galiza e a Irlanda, divergente à sua vez do romano (por exemplo na divisão de terras, heranças, sentido da justiça e resolução de conflitos), tendo que ser pré-imperial pois também fica reflectido em epigrafia (Pena Graña 1993).

1.6) *Tradição oral*: Referências comuns na Europa Atlântica, com mesmos mitos, mesmos medos e gestas (conceito de sociedade heróica), mesma narrativa e conceito da vida e da morte, até mesmo sentido do humor.

Fazendo uma aproximação desde a etnografia comparada não encontramos essas mesmas referências, esse mesmo corpus unificado, noutras partes da Europa. Pode ser que achemos aspectos isolados, mas não tal conjunto. Outras partes da Europa têm os seus conjuntos ainda hoje em dia, nós temos este, pertencente à Europa celto-atlântica, a nossa verdadeira vizinhança geográfica (Paredes 1999, 2000).

1.7) *Arqueologia*: Cultura material comum, com os mesmos objectos, mesma estética, mesmos elementos decorativos. Não é casual fazer as mesmas ferramentas e enfeites num estilo similar com usos similares, com uma cronologia que dá a entender uma continuidade coincidente com outras teorias recentes e estudos genéticos para a área atlântica, como veremos: a cultura espalhou-se da Península às Ilhas, da Gallaecia à Irlanda.

Acrescentemos o facto de sabermos, em verdade, menos do que deveríamos a causa dos muitos castros destruídos, outros por investigar, perda por descomposição de restos em madeira (na Irlanda conservaram alguns graças aos *bogs*, turbas), espólio, colecções ocultas ou descontextualizadas (veja-se só o 'Tesouro de Caldas' no museu de Ponte Vedra), etc.

1.8) *Paisagem cultural*: Uma paisagem cultural é definida como o meio modificado pelo ser humano no decorrer do tempo, a combinação a longo prazo entre a acção antrópica sobre esse meio e os condicionantes físicos limitantes ou condicionantes sobre a actividade humana. É uma área geográfica – incluindo recursos naturais e culturais – associados com uma evolução histórica, e que acaba por dar lugar a uma paisagem reconhecível para um grupo humano determinado, até o ponto de ser identificativo como tal para outros.

A paisagem cultural é a secular escrita humana no território, e o que a Terra aportou a essas culturas. Encontramos então na Europa Atlântica céltica um mesmo sistema de assentamentos, só que a diferentes escalas, ainda que com estrutura e funcionalidades similares. Isto é, mesma organização

espacial que reflecte uma muito similar organização social.

Falamos duma estrutura espalhada, laxa, descentralizada (diferente à Romana e Germânica), com forte conexão comercial graças a uma rede viária bem desenvolvida. Isto implicava necessariamente uma situação de relativa paz, onde devemos desmitificar os “guerreiros”; era uma sociedade heroica, não necessariamente baseada numa guerra sistematizada contínua; nenhuma civilização aguenta isso. Vejam-se só os desportos tradicionais irlandeses como forma de resolução de conflitos onde se defrontam os melhores – campeões – em nome das suas respectivas comunidades ou clãs, ou as nossas regueifas populares ou mesmo as chegadas de bois.

Há uma percepção coincidente do espaço por um grupo humano determinado, derivando numa mesma apropriação cultural do mundo que lhe rodeia, comum a diversos lugares da Europa Atlântica e diferente a outros na comparativa. É uma quase idêntica interpretação da realidade física que é transmitida no tempo e no espaço, até hoje, com essas referências espaciais incrustadas na nossa cultura, da “paróquia” rural à criação de “paróquias” (bairros) dentro das cidades.

Recriamos uma e outra vez um modelo que por tão familiar chega a semelhar-nos o único possível, mas não, noutros lugares é diferente e não nos damos de conta se não o vemos sob um prisma geográfico. Até a morfologia das vilas e cidades galegas e nor-portuguesas é diferente ao resto da Península, sem lugares centrais, ou melhor dito, com muitos lugares centrais interconectados dependendo dos usos, momento histórico ou necessidades (por exemplo, não temos “praças maiores” mas, mais outra vez, somos “bairristas” nas grandes urbes). Reproduzimos o modelo da *treba* galaica (*tuath* irlandesa) (Pena Graña 1994), daí o facto da Galiza concentrar quase a metade do total de núcleos populacionais da Península .

Daí também podemos intuir o chamado *feísmo* (funcional) existente hoje em dia (entre outros motivos mais prosaicos e contemporâneos). É dizer, o desajuste produzido pela colonização do nosso espaço vivido, com um modelo administrativo-territorial finalmente imposto de forma sistemática e eficaz a partir do S. XIX. Produz-se um desenraizamento que deriva em problemas psicológicos e uma consolidação do caciquismo (perversão do velho sistema do corono céltico, trasladado depois ao medievo) que faz muito difícil qualquer tipo de democracia local real.

1.9) *Últimos estudos, hipóteses e descobertas*, onde destacam o Paradigma da Continuidade Paleolítica (PCP) de Alinei (1998, 2000) e os estudos sobre genética derivados duma primeira investigação de McEvoy *et alii* (2004), completados depois por Oppenheimer (2006), Sykes (2006), Morais (2008) e Sánchez Diz (2009), entre outras.

De forma muito simples, o PCP começou como uma simples hipótese de trabalho que, à luz de dados genéticos, virou a posteriori em única explicação até o momento de tudo o falado no seu conjunto. Segundo o PCP, existe uma continuidade ininterrupta desde o paleolítico até a actualidade para os povos e gentes indo-europeias, pelo que:

- Os e as falantes indo-europeias são nativas da Europa desde o paleolítico.
- Os limites arqueológicos coincidem, a grandes rasgos, com os linguísticos.
- A expansão dos Celtas começou muito antes que *Hallstatt* (S. IX a.e.c.) ou *La Tène* (S. V a.e.c.) e realizou-se, em geral, de Oeste a Leste, não à inversa, como se vinha pensando.

Em resumo, desmontam-se as teorias clássicas das invasões celtas, aquilo que todos e todas nós estudamos na escola. Muda o paradigma, põe-se tudo de pernas para o ar.

A nova hipótese associa-se ao conceito de difusão e acumulação cultural, é dizer, não há rupturas, mas sim uma lenta evolução e formação com mudanças endógenas e trocas com vizinhos, condicionadas por factores físicos, que vão conformando núcleos culturais (de novo podemos citar aqui o conceito de paisagem cultural).

Reforça-se então a ideia de a Galiza e Norte de Portugal não só terem sido celtas, senão berço do celtismo Atlântico. Aliás, reforça-se a teoria de a língua celta da Gallaecia ter sido um céltico arcaico, anterior à divisão das famílias linguísticas célticas, o que encaixaria com os restos arqueológicos na Irlanda, posteriores aos galegos, embora com semelhanças evidentes (Alinei e Benozzo 2008; Koch 2009).

Assim, a Gallaecia era uma terra com uma relativa alta densidade populacional em comparação com outros lugares, com uma civilização perfeitamente estável e bem desenvolvida; um território que, em qualquer caso, parece exportador dum padrão de cultura.

Concluindo esta parte, encontramos um grupo de gentes com os mesmos nomes, religião, leis, cultura popular, formas de vida e assentamentos, etc. Não há um único comum denominador, há muitos comuns denominadores juntos.

Aplicando o princípio da 'navalha de Occam' (um axioma lógico: entre hipóteses confrontadas, a hipótese com menor número de suposições deve ser a escolhida) o modelo celta – em consonância

com a nossa vizinhança – explica de forma simples os centos de aspectos que doutro jeito haveria que explicar isoladamente, com uma teoria diferente para cada um.

Dito doutra maneira, se todos ao nosso redor são duma cultura “X” e nós partilhamos todos os principais rasgos definidores, que faria em nós que fôssemos radicalmente diferentes? Se o consenso e chamar esses povos de celtas, chamemos essa antiga cultura galaica de celta então.

2) O que foi que motivou as diversas atitudes existentes sobre a questão? Melhor dito, são a Galiza e Norte de Portugal celtas hoje em dia? Depende de com que comparemos. Pensemos por um momento, é celta a Irlanda? e a Escócia? Quais os referentes para dizer que algo é celta hoje ou não? A fim de contas, meia Europa era celta... Será que , como diz alguma gente, aqui os celtas só estavam na equipa de futebol de Vigo? Há alguns factores que ajudaram a preservar e revitalizar a cultura céltica galaica ao longo da história:

2.1) Migrações:

- *Suevos*, um povo germânico mas com muito contacto com o Império Romano e à sua vez vizinhos dos povos (celtas) helvéticos. Realmente, sendo germânicos em origem, agiam como ponte entre celtas e romanos nas trocas comerciais. Com a sua chegada à Gallaecia no S. V encontram um panorama muito familiar: uma elite romanizada e uma cultura popular céltica, algo com o que sabiam lidar perfeitamente. Não é estranho que a vida nos castros, por exemplo, fora revitalizada com a sua chegada, ou que em pouco mais duma geração ficaram plenamente assimilados na sociedade galaica, passando a ser “simplesmente galegos” (López Carreira, 2005).

- *Migração Britânica*: A fuga de contingentes célticos desde o sul da actual Inglaterra à Bretanha (continental) e norte da Galiza, no S. VI, devido à invasão anglo-saxónica da Ilha. Estes territórios de acolhida sofreram, logicamente, uma re-celtização com este contributo.

- *A 'Fuga dos Condes'*, no S. XVII: Com a definitiva derrota militar da nobreza gaélica irlandesa a mãos inglesas, muitos procuram refúgio em determinados lugares da Europa, incluída a Galiza, com plena consciência de onde chegaram.

2.2) *Comércio e relacionamento marítimo*: há um relacionamento marítimo constante e frequente ao longo da Europa Atlântica desde o Megalitismo. De facto, era mais fácil navegar que ir dacavalo. A saída natural da Galiza e Norte de Portugal foi marítima durante milénios, não cara o interior da Península. Isto favorece a sensação de continuidade cultural entre a Gallaecia e outros territórios célticos.

2.3) *Época medieval galega*: Ligado ao apontado acima, existe um desenvolvimento endógeno, um relacionamento relativamente normal com Europa Atlântica até aproximadamente o S. XV, apesar das reviravoltas da história.

Isto faz com que a cultura mais tradicional (veja-se por exemplo a estrutura autóctone territorial ou formas de relacionamento territorial) perdura até a organização do Estado no S. XIX. Isto é válido tanto para a Galiza como para o Norte de Portugal.

Então, por que é que aqui sim perdura este legado e não noutros lugares da Europa? Brevemente e entre outros motivos:

- Porque a nossa cultura céltica era especialmente potente de partida (fomos foco emissor), portanto mais complicada de erradicar. Tal deveu ser a sua potência que apesar de tudo perdura de forma insultante até hoje.

- Porque apesar das vicissitudes da história tivemos longas épocas onde diversos aspectos da nossa cultura e organização social e territorial não foram molestados, tendo um desenvolvimento de nós da nossa própria cultura.

- Porque continuamos em contacto com outros povos eminentemente célticos da Europa Atlântica.

- Por um posterior relativo isolamento que durou até a colonização efectiva da Espanha no S. XIX (para o caso galego). Os chamados ‘Séculos Escuros’ (desde finais do S. XV) acabaram com o nosso povo económica e demograficamente mas, como na Irlanda, a cultura popular abre-se passo e a cadeia de transmissão dessa cultura resiste.

Não se trata pois de onde havia, senão de onde ficou, e ficou cá, onde há memória e restos claros desses elementos “pré-romanos”, ainda vivos na cultura popular e em como nos organizamos e relacionamos. Somos então tanto ou tão pouco celtas como os meio viquingues irlandeses, os parcialmente celtas escoceses ou os ressuscitados cónicos.

Curiosamente, e também igual que o acontecido na Irlanda, os excessos românticos essencialistas do S. XIX - embora bem intencionados dados os tempos e circunstâncias - contribuíram à uma deslegitimação posterior do termo “celta”.

Na Galiza esta é a época das primeiras reações mais ou menos organizadas ao espanholismo imposto, primeiro mais folclóricas e lentamente mais políticas e melhor definidas. É a época desde o chamado *Rexurdimento* (Ressurgimento) até o Nacionalismo de princípios do S. XX.

Existe uma necessidade de rearmar simbolicamente uma pátria humilhada, uma procura de referentes heroicos, “masculinos”, de força e combate ao invasor, jogando até com tópicos que hoje em dia nem consideraríamos.

Assim, autores como Eduardo Pondal exageram e entregam o passado da Galiza aos celtas ou, melhor dito, ao que eles consideravam deviam ser os e as celtas. É uma visão idealizada e, em muitos aspectos, cientificamente errada deste povo, mas respondia a um programa onde havia outras prioridades.

Contudo, um erro interpretativo não pode ser respondido com outro, ficando no reducionismo simplista dalguns celtóforos que pensam que rebatendo estes autores já resolvem o molesto tema celta (Calo Lourido 2010). Com efeito, nem Pondal nem os seus coetâneos construíram os castros, nem organizaram o território, nem talharam as pedras “pré-romanas”. Simplesmente procuravam no passado um referente (injustamente) esquecido à vez que o reformulavam (erroneamente) ao seu gosto. De entre o pouco que era sabido, e por mero volume material, os celtas destacavam-se como candidatos ideais antes até dos Suevos, outros candidatos a protagonistas dum glorioso passado, apesar de Vicetto já falar deles em 1860.

Produz-se assim um conflito na construção da identidade nacional galega actual, onde o celtismo é frequentemente usado como uma arma entre diversos sectores, perdendo-se no caminho um elemento fulcral da nossa história antiga e chave para entendermos muitos aspectos da nossa cultura e folclore.

Da aceitação do elemento diferencial céltico chega-se a uma rejeição total. Isto é produzido por dois factores, um endógeno e outro exógeno. Primeiro, a constatação da falsidade das fontes tidas como certas pelo saber popular, isto é, o nomeado período romântico, sem sequer encetar novos estudos no caminho dos estudos célticos europeus. Segundo, pela apropriação do celtismo no discurso espanholista e criação do mito “celtíbero” nos nacionalismos de estado tanto português como espanhol que, de facto, em Portugal tomaria a rota do Lusitanismo, isto é, todo Portugal visto como “Povo Lusitano” sem excepção quando o norte não só nunca o foi, senão que era de raiz puramente celto-galaica.

Na Galiza, um interesse nos estudos de López Cuevillas (1953), que defendia a existência duma civilização celta galega, diferente ao resto da Península e portanto da Espanha, foi equilibrada com uma campanha planificada de exaltação do elemento Latino (Império Romano) a mãos de Alonso del Real, enviado desde Madrid à universidade compostelana em 1955 com esse propósito (Pena Graña 1998).

O sucesso desta estratégia foi tal que sucessivas promoções de historiadores e historiadoras galegas, supostamente nacionalistas, foram formados sob essas premissas, pessoas depois integrantes de ou próximas a quadros políticos que, querendo também fugir do elemento “racalista” (a falsa suposição de os celtas serem uma raça), inventaram a categoria de “Cultura Castreja” como novo eufemismo para o celtismo. Assim, castrejos seriam todos e todas aquelas que moravam em castros, demonstrando-se automaticamente que eram uma cultura autóctone e única (Calo Lourido 1993). Lamentavelmente, a quadratura do círculo que suporia apagar a palavra celta na Gallaecia e criar um novo passado com uma cultura totalmente diferenciada da sua vizinhança (“à basca”), encontra com o problema de não explicar nem o sistema de assentamentos, nem a epigrafia, nem a toponímia, nem... tudo aquilo que foi anotado anteriormente. Igualmente, o absurdo de catalogar uma cultura pelo seu tipo de edificações forçar-nos-ia a falar, por exemplo, dos antigos egípcios como “piramitas”, sem ter em conta o facto de os castros estarem presentes noutras partes da Europa céltica.

Defrontamos uma situação de autêntica esquizofrenia onde há cá quem nega a nossa celticidade quando na Universidade de Cork, Irlanda, por colocar outro exemplo, estuda-se com normalidade a Civilização dos Castros [sic] como a “civilização celta no noroeste da Península Ibérica” na cadeira de

“introdução ao celtismo” do primeiro curso universitário de história antiga e estudos célticos, isto é, o mais básico e elementar.

O conflito é político, não científico. Como acontece no tema da nossa língua galego-portuguesa, tudo indica uma continuidade cultural evidente com um grupo mais amplo, com os lógicos diversos subgrupos e matizes, mas onde alguns directamente renunciam ao debate e fecham portas.

3) Utilidade presente e futura do celtismo, ou noutras palavras, tendo sido o território da Gallaecia celta, e conservando características que o colocam à par doutras terras “oficialmente” celtas, para que é que serve tudo isto? É um mero entretenimento académico? Uma curiosidade? Um elemento folclórico para festas e celebrações populares sem mais?

Acredito que existem uma série de usos práticos e concretos para o campo dos estudos célticos galego-portugueses e posta em valor do legado cultural mais antigo do que temos constância directa. De forma muito sucinta e esquemática, animando à reflexão e debate a partir destes apontamentos, pode-se falar de utilidade nos campos de:

- Economia e turismo: valorizar a cultura significa abrir possibilidades de auto-financiamento dessa mesma cultura. Em países como a Escócia ou a Irlanda o turismo cultural de qualidade actua como fonte de ingresso em áreas tradicionalmente consideradas rurais, isoladas e pobres que paga, por exemplo, pela própria manutenção de restos históricos e arqueológicos. Ajuda-se a dinamizar social, cultural e economicamente essas zonas, além de construir consciência de orgulho nacional. É uma aposta a longo prazo mas absolutamente necessária.

- Ordenamento territorial: melhorar a coesão territorial do País, reestruturando diversos níveis administrativos territoriais, racionalizando recursos e conseguindo democracia local. Um melhor conhecimento de como estes níveis foram criados, organizados e evoluíram no tempo - como e por que se relaciona a gente no território e como o percebe - é indispensável para qualquer tipo de reforma.

- Política exterior: debate sobre o interesse da pertença ou não à *Celtic League*, embora seja vista como um clube elitista... Não obstante, se calhar a presença na *Celtic Solidarity* sim seria vantajosa, pois actua como um lobby de apoio, em rede, entre todos os territórios de cultura céltica.

- Descolonização psicológica: Ou deixar de sermos mediterrânicos! Deixar de sermos vítimas duma historiografia imposta, duma análise parcial interessada e anti-natura para o noroeste peninsular. Travar o processo de substituição cultural e identitária, fugir do isolacionismo cultural, implica recuperar sem vergonha um pilar fundamental na construção da nossa cultura colectiva, para continuar explorando-o.

- Por pura coerência científica: Ainda que tudo o anterior fosse secundário, só o facto de sermos cientificamente precisos e irmos à par dos estudos internacionais vigentes seria justificação abondo para falar de boca cheia de “Celtas”.

Bibliografia

- Alberro, M. and Bettina, A. [ed.] (2008): The Celts in the Iberian Peninsula. *E-Keltoi. Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*. Vol. 6 (online; <http://www4.uwm.edu/celtic/ekeltoi/volumes/vol6/>).
- Alinei, M. (1998): “Towards an Invasionless Model of Indoeuropean Origins: the Continuity Theory”, in Pearce and Tosi [eds.] *Papers from the EEA Third Annual Meeting at Ravenna 1997*. Vol. 1 *Pre-and Protohistory*, BAR International Series 717, pp. 31-33
- Alinei, M. (2000): “An Alternative Model for the Origins of European Peoples and Languages: The Continuity Theory”, in *Quaderni di Semantica*, no. 21, pp. 21-50.
- Alinei, M. e Benozzo, F. (2008): Alguns aspectos da Teoria da Continuidade Paleolítica aplicada à região galega. Apenas Livros, Lisboa.
- Calo Lourido, F. (1993): A cultura dos castros. A Nosa Terra, Vigo.
- Calo Lourido, F. (2010): Os celtas. Unha (re)visión dende Galicia. Xerais, Vigo.
- Cunliffe, Barry W. (2001): Facing the ocean: the Atlantic and its peoples, 8000 BC-AD 1500. Oxford University Press.
- Koch, J.T. (2009): Tartessian: Celtic in the South-west at the Dawn of History. Centre for Advanced Welsh

and Celtic Studies, Aberystwyth.

- López Carreira, A. (2005): *O Reino medieval de Galicia*. A Nosa Terra, Vigo.
- López Cuevillas, F. (1953): *La civilización céltica en Galicia*. Porto Editor, Compostela.
- Martins Esteves, H. (2008): *As Tribos Calaiças, Proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos*. Edições da Galiza.
- McEvoy, B. et alii (2004): "The 'Longue Durée' of Genetic Ancestry: Multiple Genetic Marker Systems and Celtic Origins on the Atlantic Facade of Europe", in *American Society of Human Genetics* 75(4), pp. 693-702.
- McEvoy, B. and Bradley, D.G. (2008): "Genetics and the Origins of the Irish", in *ELS* (online), Trinity College, Dublin.
- Morais, G. (2008): *A Genética e a Teoria da Continuidade Paleolítica Aplicadas à Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia*. Apenas Livros, Lisboa.
- Omnés, R. (1998); "A pegada celta na lingua galega", in *Actas II Congreso Internacional sobre a Cultura Celta (Os Celtas da Europa Atlántica)*, Ferrol.
- Oppenheimer, S. (2006): *The Origins of the British – A genetic detective story*. Constable and Robinson.
- Paredes, X.M. (1999): *Bases do Atlantismo Europeu Galego. Uma visão desde a Geografia Cultural e Histórica*. Trabalho de fim de grau. Depto. Geografia, Universidade de Compostela.
- Paredes, X.M. (2000): "Curiosities across the Atlantic: brief summary of some of the Irish-Galician classical folkloric similarities nowadays. Galician singularities for the Irish", in *Chimera*, no. 15, Dept. of Geography, University College Cork, pp. 43-49.
- Pena Graña, A. (1993): *Narón. Un concello con historia de seu. Vol II*. Concello de Narón.
- Pena Graña, A. (1994); "O territorio e as categorías sociais na Gallaecia antiga: un matrimonio entre a Terra (Treba) e a Deusa (Mater)", in *Anuario Brigantino* (no. 17), pp. 33-78, Betanzos.
- Pena Graña, A. (1998); "Celtas sen filtro", in *Ferrol Análisis* (no.12), Concello de Ferrol, pp. 218-227.
- Pena Graña, A. (2010): *Narón. Un concello con historia de seu. Vol I*. Concello de Narón.
- Sá Bravo, Hipólito de (1991): *Creencias del costumbrismo religioso en Galicia*. Deputación Provincial de Pontevedra.
- Sánchez Diz, P. (2009): "Recolonizações do Oeste Europeu desde o Norte da Península Ibérica: Genes e Migrações", in *Portugaliza.net* (online; http://portugaliza.net/old/historiadagaliza/media/100309_paula_sanchez_genes_migracoes.pdf)
- Sykes, B. (2006): *Blood of the Isles. Exploring the genetic roots of our tribal history*. Bantam.
- Untermann, J. (1986): "Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas", in *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, pp. 343-364.
- Untermann, J. (1992): "Los etnónimos de la Hispania Antigua y las lenguas prerromanas de la Península Ibérica", in *Paleoetnología de la Península Ibérica: actas*. Universidad Complutense, Madrid, pp. 19-34.
- Vicetto, B. (1860): *Os reis suevos da Galiza*. Imprenta Castor Míguez, Corunha (reedición usada 2008, Toxosoutos, Noia).

As actas das *Jornadas das Letras Galego-Portuguesas 2012-2014*, onde este texto foi publicado, podem-se conseguir através do colectivo **Desperta do Teu Sono** (DTS) e/ou da **Sociedade Antropológica Galega** (SAGA).

Veja-se esta ligação para mais informação:

<http://despertadoteusono.blogspot.com.es/2015/05/por-rafael-quintia-para-sociedade.html>

Este texto deriva da palestra oferecida pelo autor nas terceiras jornadas, ano 2014, nomeadamente no 31 de Maio.
